

**APRECIACÕES SOBRE A ABORDAGEM DO ESPAÇO NAS TEORIAS  
GEOPOLÍTICAS**  
**APPRECIATIONS ON THE SPACE APPROACH IN GEOPOLITICAL  
THEORIES**  
**EVALUACIONES SOBRE EL ENFOQUE ESPACIAL EN TEORÍAS  
GEOPOLÍTICAS**

**Anderson Matos Teixeira<sup>i</sup>**

**RESUMO:** Geopolítica é um estudo que leva em consideração a relação entre o espaço e o poder. Criada a partir do fim do século XIX, com os trabalhos de sistematização de Ratzel e Kjellen, ela foi evoluindo e se aperfeiçoando como ciência até princípios da Segunda Guerra Mundial. Atualmente, após cair em desuso, voltou a ser retomado como campo de estudos, com uma contextualização mais contemporânea. Porém, o entendimento do espaço, como chave para a compreensão do termo geopolítica, foi se adaptando ao longo do tempo e sua compreensão não foi levada em consideração. Este trabalho vem mostrar um pouco como foi a evolução da compreensão do que é o espaço na geopolítica e como isso impactou na própria evolução do campo de estudo dela.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espaço; Evolução; Geopolítica.

**RESUMEN:** La geopolítica es un estudio que tiene en cuenta la relación entre el espacio y el poder. Creado a finales del siglo XIX, con el trabajo de sistematización de Ratzel y Kjellen, evolucionó y mejoró como ciencia hasta el comienzo de la Segunda Guerra Mundial. Hoy en día, después de caer en desuso, se ha retomado como un campo de estudios, con un contexto más contemporáneo. Sin embargo, la comprensión del espacio, como clave para comprender el término geopolítica, se ha adaptado con el tiempo y su comprensión no se ha tenido en cuenta. Este trabajo muestra un poco sobre la evolución de la comprensión de lo que es el espacio en geopolítica y cómo impactó en la evolución de su campo de estudio.

**PALABRAS CLAVE:** Espacio; Evolución; Geopolítica.

**ABSTRACT:** Geopolitics is a study that takes into account the relation between space and power. Created from the late nineteenth century, with the works of systematization of Ratzel and Kjellen, it was evolving and perfecting itself as a science until the beginning of World War II. Nowadays, after falling into disuse, it has resumed as a field of study, with a more contemporary context. However, the understanding of space, as key to the understanding of the geopolitical term, was adapting over time and its understanding was not taken into account. This work shows a little how the evolution of the understanding of what space in geopolitics was and how it impacted on the evolution of its field of study.

**KEYWORDS:** Evolution; Geopolitics; Space.

## **1. INTRODUÇÃO**

Este trabalho tem por intenção apresentar o entendimento do espaço, na sua acepção espaço geográfico, e demonstrar como ela é referenciada na geopolítica e lhe impacta na construção de suas teorias/abordagens. Para tanto, este trabalho faz uma análise bibliográfica, e a partir dos conceitos de geopolítica e espaço geográfico, como este espaço pode ser compreendido ao longo das fases teóricas da geopolítica.

Assim, este trabalho é dividido em XX partes, sendo esta primeira, dos conceitos de geopolítica e espaço/território, seguido pelas fases da geopolítica e considerações finais.

A relação entre poder de um país e sua política, principalmente no que se refere a sua orientação, não tem usos recentes, como a origem do termo. Seu uso é muito antigo, acompanhando os passos da civilização ocidental, mas sua sistematização é contemporânea, organizada em princípios do século XX, como será abordado mais adiante.

De acordo com Andrade (1995, p.7), a “geopolítica é um saber engajado, comprometido com um pensamento e com objetivos políticos, embora analisando o Estado como produtor do espaço, ela não tem um rigoroso critério científico”. Nesse conceito observa-se que a Geopolítica não aparece como ciência, mas como um pensamento de como o Estado produz o espaço e age sobre ele.

A geógrafa Iná de Castro (2005, p.15) traz a tona um debate próximo, presente dentro das ciências geográficas, a distinção entre Geografia Política, sendo esta, uma "relação entre a política - expressão e modo de controle dos conflitos sociais - e o território - base material e simbólica da sociedade", a geopolítica como a relação entre a política de Estado e a geografia, entendida como superfície, forma, fronteiras e recursos do território nacional.

Para a autora, esta distinção está fundada na ordem que a Geografia Política, como um campo de estudos da Ciência Geográfica, é focada nas questões de compreensão da forma do ordenamento territorial ou nos reflexos da modelagem do espaço, nos arranjos políticos e sociais. Já a Geopolítica, se desdobra como um conhecimento instrumentalizado a partir dos elementos de poder nacional, conseqüentemente, de um enfoque militarizado, e as formas e recursos que o território possam se relacionar.

A geógrafa brasileira Bertha K. Becker (2005, p.71), afirma que a Geopolítica “trata-se de um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico”, ou seja, como o Estado administra e aplica o poder sobre o território.

De acordo com o general Golbery do Couto e Silva, um dos mais influentes teóricos brasileiros, afirma que a geopolítica é a “fundamentação geográfica de linhas de ação políticas, quando não, por iniciativa, a proposição de diretrizes políticas formuladas à luz dos fatores geográficos, em particular de uma análise calcada, sobretudo, nos conceitos básicos de espaço e posição” (SILVA, 1967, p.66).

O general Carlos de Meira Mattos, autor contemporâneo de Golbery do Couto e Silva e também um expoente no tema afirma que a geopolítica é a “ciência ou arte de governar Estados, inspirando-se nas realidades geográficas de seu território” (MATTOS, 1975, p.5).

Os estudos geopolíticos levam em consideração os elementos constitutivos do Estado: povo, território e governo (RIBEIRO JR., 1995, p.120). Além do Estado, é preciso considerar que os estudos geográficos, incluindo os geopolíticos, devem valorizar os fatos e acontecimentos históricos, como pressuposto para se conhecer o hoje e conceber o amanhã. Ainda, deve valorizar o espaço físico, que é a base material do território (BONAVIDES, 2019, p.94).

O estudo geopolítico trabalha com alguns elementos básicos, como a relação entre: Estado e as condições geográficas (acesso ao mar, domínio de bacias hidrográficas, controle das rotas marítimas de suprimentos, estabelecimento de bases aéreas); formas do território (se ele é alongado, recortado, compacto ou fragmentado); a posição do Estado (latitude e a disposição dos fatores estratégicos sobre o espaço; continentalidade/maritimidade; relação com os vizinhos e as esferas de influência; os tipos de relevo e as estruturas físicas geográficas); e a situação das fronteiras (tipos de fronteiras e o processo histórico de sua definição).

Podemos observar que nestes entendimentos do que é a geopolítica, o espaço é considerado de diversas formas, como sinônimo de território ou mesmo a área onde o poder é projetado.

Como aponta o THE DICTIONARY OF HUMAN GEOGRAPHY (2009), território pode ser entendido como o espaço:

The dominant usage has always been either political, in the sense of necessarily involving the power to limit access to certain places or regions, or ethological, in the sense of the dominance exercised over a space by a given species or an individual organism (2009, p.765).

Assim, território refere-se a uma área delimitada sob a posse ou domínio de uma pessoa (ou grupo de pessoas), de uma organização ou de uma instituição. O termo é empregado na política, referente ao Estado Nação, sob a ótica da fronteira, do limite jurídico e também pelo uso social, definido e utilizados pelos diversos grupos sociais. Há vários sentidos figurados para a palavra território, mas todos compartilham da ideia de apropriação de uma parcela geográfica por um indivíduo ou uma coletividade, para seu uso.

Para Raffestin (2011, p.128), o “espaço é anterior ao território”, e este é tratado como uma ênfase político administrativa. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço. Neste sentido, entende o território como sendo:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 2011, p. 128).

A construção do território revela relações marcadas pelo poder, cuja ideia é uma constante na análise do território feita por Andrade:

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (ANDRADE, 1995, p. 19).

Associada ao território, tem-se a expressão territorialidade que, para Andrade (1995), pode vir a ser encarada tanto como o que se encontra no território, estando sujeito à sua gestão, como, ao mesmo tempo, o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar-se em um Estado, complementando a questão do território, como base da nacionalidade. Porém o espaço deve ser

compreendido além do conceito de território, uma vez que o próprio origem do território é ligada a um entendimento de espaço utilizado.

Para tanto espaço pode ser compreendido de diversas formas, principalmente como além da sua constância cosmológica associada com o tempo. Por ser a ciência que o tem por objeto, buscamos na Geografia, conhecer o seu significado a partir da compreensão de espaço geográfico. Sposito (2004, p.87) aponta para uma diversificação de concepções de espaço na geografia, a partir de suas escolas de pensamento e a sua indissociabilidade do conceito de tempo, no qual não iremos avançar.

O professor Roberto Lobato Corrêa (2000), avança com mais profundidade no conceito e o trás sob as diferentes correntes, como na chamada Geografia Tradicional, que tem como em Ratzel, onde para o autor, “o espaço em Ratzel é visto como base indispensável para a vida do homem, encerrando as condições de trabalho, quer naturais, quer aqueles socialmente construídos” (CORRÊA, 2000, p.18). Já, para Hartshorne, cuja compreensão de espaço absoluto é “um conjunto de pontos que tem existência entre si, sendo independente de qualquer coisa” (CORRÊA, 2000, p.18), referindo-se ao espaço como um quadro intelectual do fenômeno, cuja concretude é abstrata, tendo como referência a área, baseado nos princípios newtonianos (constantes cosmológicas).

Na Geografia Teórica-Quantitativa, Corrêa (2000, p.20) afirma que o espaço é considerado sob duas formas, não excludentes, como planície isotrópica, uma construção teórica derivada de um paradigma racionalista e hipotético-dedutivo, partindo de uma pressuposta superfície uniforme que relaciona aspectos físicos e sociais, levando em conta sua homogeneidade; e a matriz topológica, com a representação matemática através de variáveis que buscam compreender os processos de organização espacial.

Já, para a Geografia Crítica, pautada pelo materialismo histórico e a dialética, Corrêa (2000, p.23) aponta autores como Marx, Capel, Milton Santos, Claval, entre outros pensadores. Sposito (2004, p.89) nos lembra de Lefèbvre, e sintetiza como a escola crítica concebe o conceito. Para o autor, o “espaço tem que ser encarado como ‘fator social e não um reflexo social’” (SPOSITO, 2004, p.83), onde o espaço deve ser entendido como objeto e produto, por diversos aspectos, como forma, função, estrutura e processo, interagindo com as questões das relações de produção – sociais.

Ainda temos a Geografia Humanista, que tem por pressuposto a fenomenologia, e como destaque YiFu Tuan, com a ideia dos espaços topofílicos, construídos a partir da

memória e das experiências pessoais (SPOSITO, 2004, p.101). Podemos compreender então espaço como a base onde se dá a instrumentalização dos meios. No caso da geopolítica, é a base que servirá de suporte para o uso dos instrumentos de poder.

Logo, abstrai-se que o espaço é, além da questão da superfície, mas a base onde se dão as relações sociais, ou a intensão delas, pela sociedade humana, seja individualmente ou coletivamente.

Neste sentido, partimos do seguinte problema: como o espaço é entendido dentro do termo geopolítica e os reflexos da mudança do entendimento dele para o campo de estudos da geopolítica? Entendemos como hipótese que, conforme o entendimento do conceito espaço geográfico é modificado, o campo de estudos da geopolítica se adapta e passa a empregá-la como novas abordagens teóricas.

## **2. SURGIMENTO DO CAMPO**

Nesta parte, a ideia central é apresentar, de modo sucinto, o cerne do pensamento geopolítico e os principais autores clássicos deste campo teórico, que lançaram luz para a sistematização e sedimentação das bases de pensamento da geopolítica.

O pensamento geopolítico de modo sistêmico é recente na história - data do final do século XIX - mas a relação entre Estado e território já era pensada desde a antiguidade por Heródoto, Hipócrates, Tucídides, Platão, Aristóteles, Lucrécio, Estrabão, Possidônio e o Imperador Dario I da Pérsia, passando na Idade Media por Marco Pólo, Mandeville, Constantino VII, Marcelino e Alberto Magno, passando pela Idade Moderna quando era refletida por Montesquieu, Maquiavel, Jean Bodin, Botero, Münster que também incluíram em seus estudos características culturais e econômicas. No período Contemporâneo, autores como Humbolt, Ritter, Napoleão, Kant, Von Bullow, Friedrich List e Peschel geram uma base mais sólida a que viria a ser a Geopolítica Clássica (HEINSFELD, 2008, p.23; BONFIM, 2005, p.16).

Friedrich Ratzel é considerado, por muitos, como o “pai da Geografia Humana” (FONSECA; VLACH, 2003). Professor de Geografia em Munique e em Leipzig, durante sua vida, contribuiu de diversas formas com a Geografia da época, primeiramente com a fundamentação da Geografia Humana, quando em 1882 publicou a obra

Antropogeografia, onde tentava explicar em um estudo geográfico os problemas humanos, observando a influência das condições naturais sobre o homem.

Em face desse atraso, a Alemanha surge no centro da Europa como um Estado imperialista atrasado e com fome de poder. Nesse contexto, Ratzel surge com suas teorias e sintetiza o que viria a ser a Geopolítica, quando publica sua obra *Politische Geographie* (Geografia Política). Ratzel se pauta em uma Geografia do Estado (HEINSFELD, 2008, p.29) a partir da construção histórica do território e no fortalecimento do Estado Alemão. Assim, sua obra ultrapassa as fronteiras da Geografia Política, deixando dois pensamentos fundamentais e lançando a sistemática do pensamento geopolítico: “o Estado é um organismo vivo” e “espaço é poder”.

Esses pensamentos mostram a dinâmica do espaço, o que justificaria, no futuro, o idealismo expansionista de Adolf Hitler, que foi um dos motivos do estopim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) junto com outras teorias.

A base de sua teoria está centrada no conceito de *lebensraum* (espaço vital), onde pode ser entendido como um equilíbrio proporcional entre uma população e os recursos naturais disponíveis para seu desenvolvimento, significando que, para um Estado se desenvolver, necessita de uma expansão de suas fontes naturais de matérias-primas e riquezas, logo precisando expandir seu próprio território além das fronteiras. Daí o dito expansionismo alemão que influenciou todo o planeta num dado momento histórico. Baseando-se nesses princípios, Ratzel sintetizou em 1897 um conjunto de leis, reconhecido como Leis do Crescimento do Estado:

1. A necessidade de espaço cresce com a cultura do Estado;
2. O crescimento do Estado segue outras manifestações do desenvolvimento do povo, devendo, necessariamente, preceder o desenvolvimento do próprio povo;
3. O crescimento do Estado manifesta-se pela adição de outros Estados, menores, dentro do processo de amalgamação;
4. A fronteira é o órgão periférico do Estado;
5. Em seu crescimento, o Estado luta pela absorção das seções politicamente importantes;
6. O primeiro ímpeto para o crescimento territorial vem de outra civilização superior; e
7. A tendência geral para a anexação territorial e amalgamação transmite o movimento de Estado para Estado e aumentando a sua intensidade. (HEINSFELD, 2008, p.30)

Essas ideias dentro de um cenário interno, instável politicamente e fortemente militarizado, fizeram com que a Alemanha despontasse pouco tempo depois como uma potência bélica. Nesse período a geopolítica começou a ser moldada, passando a ter características de uma categoria de estudos

O termo “Geopolítica” nasceu em 1905, quando o jurista sueco Rudolf Kjellén publicou um ensaio chamado “As Grandes Potências”, mas foi usado pela primeira vez em 1916 quando Kjellén publicou o livro “O Estado como forma de vida”. Kjellén era professor de Direito e Ciência Política na Universidade de Upsala e mesclava Geografia com Ciência Política, Relações Internacionais e Direito Internacional. Foi muito influenciado pelas obras de Ratzel, passou a ver o Estado como algo orgânico, analisando-o como uma ciência, onde se preocupava com o poderio mundial, definindo a geopolítica como “a ciência que estuda o Estado como organismo geográfico” (VESENTINI, 2004, p.15), pois o Estado não podia ser analisado apenas pelo aspecto jurídico e enriquecido com sociologia e economia, mas deveria ser analisado pela soma de todos os seus componentes.

Para isso, Kjellén adotou um novo princípio de análise da política, baseado em quatro fatores: Geopolítica (determina a influência do solo), Ecopolítica (influência dos fatores econômicos), Demopolítica (estuda o Estado como nação) e Cratopolítica (estuda a política do governo). Para Kjellén, a Geopolítica era subdividida em três campos: a Morfopolítica (análise dos territórios), a Topopolítica (análise das normas governamentais) e a Fisiopolítica (estudo das riquezas e vantagens materiais constantes no interior do Estado) (HEINSFELD, 2008, p.43)

Kjellén contribuiu ainda com a distinção entre a Geografia Política (onde este dizia que era colocada uma ênfase nas “relações homem/natureza”) e a Geopolítica (que era uma perspectiva do Estado perante a dimensão espacial da sua atuação), onde a Geopolítica se fazia interdisciplinar, pois atuava na interseção entre Ciência Política, Geografia Política, Estratégia Militar e Teoria Jurídica do Estado. Claro que a distinção entre ambas vai além disso, levando em conta objeto, objetivo e métodos de construção do pensamento diferentes entre si.

O grande legado de Kjellén foi a introdução, na Geopolítica e na Ciência Política, do conceito de “nacionalismo” “que, por sua ampla e sugestiva significação, pode alimentar as ideias de expansionismo” (BONFIM, 2005, p.19).

Outro teórico contemporâneo de Kjellén e Ratzel (década de 1890) é o almirante americano Alfred T. Mahan. Sua obra mais conhecida é “The influence of sea power on history”, 1660-1783 (A influência do poder marítimo sobre a história, 1660-1783), publicado em 1890, antes mesmo de Kjellén teorizar a geopolítica. Uma curiosidade é que Mahan, apesar de ser considerado um dos teóricos clássicos da geopolítica, nunca fez uso desse termo em seus ensaios. Na sua obra, Mahan exalta a importância do mar no desenvolvimento da nação (se referindo aos Estados Unidos), onde, “a chave para a hegemonia mundial [...] estaria no controle das rotas marítimas, essas ‘veias por onde circulam os fluxos do comércio internacional” (VESENTINI, 2004, p.17).

Tendo como inspiração a citação de Temístocles, o vencedor da Batalha de Salamina (Golfo de Egina, Mar Egeu, 480a.C.), “aquele que comanda o mar, comanda todas as coisas”, e à afirmativa de Ratzel de que “o mar era a fonte de todo o poder nacional”, Mahan escreveu sua teoria. No Brasil, o general Meira Mattos (1975, p.30) afirmava neste sentido também, mas já em períodos recentes que o mar “separa, protege, isola ou une conforme a conveniência”.

A obra de Mahan serviu de referência para a expansão global do poder dos Estados Unidos e segue o modelo de expansão norte-americano tal como o Divino Manifesto. Este documento baseou a “marcha para oeste”, e a expansão continental, dando origem às guerras contra a Espanha, México, França e o genocídio dos povos indígenas, resultando na atual conformação continental dos Estados Unidos, cuja principal ideia era ocupar as duas costas do continente, criando saídas nos dois oceanos, o Pacífico e o Atlântico, bem como as suas possessões além-mar, como Havaí, Guam e Samoa, além do Canal do Panamá.

Quando da independência das 13 colônias americanas da coroa britânica, além de impor a derrota ao considerado um dos melhores exércitos do mundo e a maior esquadra de guerra, fez com que a moral do império inglês caísse, com essa derrota frente a um grupo de agricultores. Outro grande impacto a um império mundial foi quando da conquista de Cuba da coroa hispânica. Há que se saber que a ilha era o principal entreposto de abastecimento das marinhas do mundo em direção ao continente americano.

O Almirante Mahan foi levado a escrever a obra, depois que recebeu o convite para lecionar estratégia naval na recém-fundada Naval War College, a academia para a formação dos oficiais da marinha norte-americana. Sua atribuição era encontrar uma

conexão entre a prática da guerra terrestre com a naval pelos exemplos históricos para poder orientar em um conjunto de orientações e preceitos para a formação dos jovens oficiais (PROENÇA JÚNIOR, 1999, p.96).

Os Estados Unidos, pela sua posição geográfica e histórica, não possuíam rivais potenciais por terra e, dada à importância do comércio marítimo, seu país deveria enfatizar o controle marítimo para favorecer a uma estratégia mundial, além do que, deveria se aproximar da Inglaterra pela identidade comum de suas origens. Ainda, apoiava-se no princípio de que o tomar as rédeas do mundo através da presença em várias localidades, além do colonialismo sob nova roupagem, seria positivo para os demais povos.

Em sua teoria, ele expunha que Poder Marítimo não é sinônimo de Poder Naval, pois o primeiro compreende além das esquadras de guerra, o fluxo de comércio pelos oceanos, às estruturas de apoio e rotas comerciais (BONFIM, 2005, p.56). Mas observando sua teoria, ela tem mais fundamentos de geoestratégia, ou melhor, o emprego militar de seu pensamento orientando inclusive o pensamento brasileiro no período de Rio Branco, quando do plano de reaparelhamento da marinha nacional do início do século XX (HEINSFELD, 2008, p.37).

Garantindo sua presença global, os Estados Unidos passaram a buscar influência sobre o continente americano. As doutrinas Monroe, Big Stick e Roosevelt vieram para embasar o poder norte-americano sobre o continente na medida em que crescia o poder de influência daquele país e competia com as potências europeias.

Nesta direção, outro teórico geopolítico importante é o general alemão Karl Haushofer. Importante também a revista que chefiava, a *Zeitschrift für Geopolitik* (Revista de Geopolítica, de 1924 a 1944), onde contava com a colaboração de diversos intelectuais, entre geógrafos, economistas, militares, historiadores e cientistas políticos.

Sua obra, conhecida como *Teoria das Pan-Regiões* (1930), baseia-se na questão do *lebensraum*, onde, diante do nacionalismo alemão e no sonho do 3º Reich, observou outros autores e moldou sua teoria. Considerava que as nações deveriam ser autossuficientes economicamente, e que o *lebensraum* era um direito do Estado para o desenvolvimento cultural e econômico da população. Diante da fala de Ratzel de que a Alemanha estava cercada por diversos Estados dinâmicos e por isso era geoestrategicamente vulnerável.

Para ilustrar sua teoria, Haushofer propôs a divisão do mundo em quatro Pan-Regiões, onde o norte seria o “espaço vital ativo” pela sua capacidade industrial e tecnológica, e o sul como “espaço vital passivo” por ser fonte de matérias-primas. Essas quatro Pan-Regiões eram divididas em:

- Eurásia: composta por Europa Ocidental, África e Península Arábica, sob a liderança da Alemanha, podendo ser auxiliada pela Inglaterra;
- Pan-América: formada pelo Continente Americano mais a Groelândia, sob a liderança dos Estados Unidos;
- Pan-Rússia: formada pela URSS, subtraindo a Sibéria, mas compensando com a anexação da Índia, com uma saída para o Oceano Índico;
- Pan-Ásia: abrangendo a parte oriental da Ásia, a Austrália e os demais arquipélagos e ilhas da área, tendo como liderança o Japão, no qual a denomina como Zona de Co-Prosperidade Asiática (HEINSFELD, 2008, p.52).

Com base nos estudos de Haushofer e de artigos publicados por sua revista, a Alemanha Hitlerista foi à busca do *lebensraum* germânico e seguindo o legado de Mackinder, também levou a guerra para outro lado do continente europeu. Haushofer, apesar de fomentar a expansão e a máquina de guerra alemã, era contra Hitler, tendo inclusive, atritos com o próprio líder nazista. Casado com uma judia, teve um filho morto pela Gestapo em 1944 (HEINSFELD, 2008, p.54).

Neste sentido, os Estados Unidos passaram a agir como uma polícia do continente, afastando a presença europeia da região e impondo sua política, na medida em que sua hegemonia sobre a região crescia. Assim, no período entre guerras (1919-1939) os norte-americanos intervieram na política de diversos países da América Central e do Sul, além de estabelecer bases na região, como fizeram no Brasil, marcando a presença forte no cone sul. Após a Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos impuseram sua política e seu modo econômico, contra a ameaça comunista, principalmente após a Cuba ter se alinhado com a União Soviética.

Os primeiros usos de aeronaves para fins militares foi ainda no início do século XX. No período entre guerras (1918-1939) e logo após este, surge uma teoria sobre o emprego de meios aéreos conhecida como Teoria do Poder Aéreo, formulada pelo general italiano Giulio Douhet, em 1921. Douhet afirmava que, ao difundir o uso estratégico do

avião, diante do domínio das forças terrestres e navais, logo o domínio do ar seria imprescindível.

Logo, a aviação se tornaria uma força de combate similar aos exércitos e marinhas, onde chegaria ao interior do território inimigo, teria maior capacidade para destruir pontos-chaves na execução da guerra, dando origem ao conceito que hoje conhecemos como “bombardeio estratégico”, elevando a aviação de uma posição de apoio aos exércitos e marinhas para uma arma independente.

Um dos aspectos interessantes é que pregava que quem dominasse o ar “poder-se-ia gozar da grande vantagem de toda a articulação do inimigo no terreno e no mar” (Bonfim, 2005, p.67), chegando a modificar drasticamente a concepção de guerra, alterando a visão geopolítica do Estado e influenciando na formação e implantação do poder aéreo, principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, vindo a ser muito empregado na 2ª Guerra Mundial, nas campanhas de bombardeio a Alemanha.

Com o desenvolvimento dos bombardeios de longo alcance, pelas forças norte-americanas, depois da Segunda guerra Mundial e na eminência da Guerra Fria, surgiu a ideia de que somente uma Força Aérea poderia vencer as guerras futuras. Essa teoria teve por idealizador o aviador russo, naturalizado americano, Aleksander Seversky.

Seversky combateu os alemães na primeira Guerra mundial e durante a Revolução Comunista, se exilou nos EUA. Observando a construção do bombardeiro de longo curso B-36, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, viu que a guerra aérea intercontinental era inevitável. Em 1942, antes mesmo da produção dessa aeronave, ele publicou o ensaio A vitória pela Força Aérea, onde elaborou um mapa em que, ilustrando a bipolaridade entre Estados Unidos e Rússia, ele mostra as grandes áreas de domínio aéreo dos dois países, baseando-se numa projeção azimutal, indicando o raio de ação em 5.000 milhas (aproximadamente 9.260,00 Km) a partir do centro industrial de cada lado.

Por essa hipótese de conflito se situar no hemisfério norte, o autor propõe que cada lado influencie o hemisfério abaixo, no caso, os EUA a América do Sul e a Rússia a África. Sua obra influenciou muito os EUA durante a Guerra Fria, principalmente, no que tange à manutenção da área de decisão (área onde se sobrepõem os dois círculos) (HEINSFELD, 2008, p.57).

Seu pensamento foi agrupado em torno de onze princípios:

1. nenhuma operação terrestre ou naval será possível sem que primeiramente se conquiste o domínio do ar, acima da aérea respectiva;
2. as armadas perderam sua função de ofensiva estratégica;
3. o bloqueio de uma nação inimiga tornou-se função da força aérea;
4. uma força aérea só pode ser derrotada por outra força aérea;
5. a aviação com base em terra é sempre superior à aviação com base em navio;
6. o raio de ação da força aérea deve ser igual às dimensões máximas do teatro de operações;
7. na guerra aérea, o fator qualidade é mais decisivo que o fator quantidade;
8. os tipos de aviões devem ser especializados, de acordo não só com a estratégia geral, mas também com os problemas táticos de uma campanha específica;
9. bombardeios de precisão podem, no ar, destruir o moral do inimigo;
10. o princípio da unidade de comando, já de há muito consagrado para os exércitos e marinhas, aplica-se com igual força à aviação; e
11. a força aérea precisa ter seu próprio sistema de transporte (SANTOS, 1983, p.87).

Estas máximas fizeram com que o caráter tecnológico do poder aéreo se desenvolvesse de uma maneira vertiginosa em relação aos demais poderes militares.

No Brasil, dentre os pensadores do emprego da força aérea temos nomes como os brigadeiros do ar Nelson Freire Lavanère-Wanderley e João Eduardo Magalhães Motta. Golbery do Couto e Silva, ao se referir a Douhet, Mitchell e Seversky, faz a relação entre o elemento aéreo e a geopolítica, gerando o termo aeropolítica (SILVA, 1967, p. 31).

Durante os anos da Guerra Fria, surgem outros teóricos que seguem seus pensamentos baseados nos pilares geoestratégicos, como Nicholas Spykman e a Teoria das Fimbrias, Ray Cline, e a Teoria do Poder Perceptível, Jean Christophe Rufin e a Teoria dos Limes e Samuel Huntington com a Teoria do Choque de Civilizações.

Podemos observar que a partir da sistematização do conhecimento, a Geopolítica surge como uma disciplina, cujo contexto de origem a impregna com o expansionismo e os nacionalismos, cujas potências europeias e os Estados Unidos se lançaram ao mundo. Em alguns momentos, o enfoque de atuação se dá, contextualmente, na arena global, porém, dada a presença de múltiplos atores, em outros momentos, o enfoque passa a ser regionalizado, onde, cada líder regional, após obter o controle de sua região, terá capacidade de atuar globalmente.

Ainda, aqui surge o primeiro grande embate acadêmico, dentro da disciplina Geopolítica. Qual o espaço que possui maior influência ou relevância, o marítimo ou o terrestre? Este debate surge como reflexo principalmente do embate teórico das correntes

determinística e a do possibilismo, reflexo de disputas por projeção internacional de potências europeias. Enquanto este debate se acirrava cada vez mais, de repente surge um novo espaço, o aéreo e conseqüentemente, o aeroespacial. A medida que o pensamento deixa de ser bidimensional e passa a ser tridimensional, a complexidade, acompanhado das tecnologias, fazem com que o conhecimento da Geopolítica seja cada vez mais ampliado e levado ao seu limite.

Dentro das teorias clássicas da geopolítica, o espaço da geopolítica está muito vinculado ao entendimento de território, este, um produto das nacionalidades e limites jurídicos dos Estados. Este território passa a ser sinônimo de Estado, a partir do seu uso e da sua relação com a constituição do poder das instituições públicas – os Estados. Ocorre que, principalmente, com o surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU), e este surgindo como entidade supra-nacional, ela passa a impor restrições quanto as guerras, principalmente sobre a anexação de territórios, restringindo este tipo de ação. Mas ainda existem outras formas de se abordar o espaço.

### **3. NOVOS DESDOBRAMENTOS – GEOECONOMIA**

Rotulada como saber fascista, por sua associação com os motivos do expansionismo alemão que culminou com a barbárie da Segunda Guerra Mundial, a Geopolítica Clássica, pautada no uso do espaço pelos Estados, passou a cair nos ostracismo (HORTA, 2006, p.53).

No pós-Segunda Guerra Mundial, com o aporte das tecnologias de comunicação e transportes, o fenômeno da globalização atingiu um nível nunca antes encontrado, resultando e novas formas de interação espacial e social. A Geopolítica, como disciplina, passou a olhar para outro espaço, materialmente consolidado, o campo econômico. Não que ela já não fizesse parte, mas ela ganha um enfoque ainda maior, dado a questões como a consolidação do modelo de mercado global ocidental, acordos econômicos internacionais e a criação de referências mundiais de valores.

Esta nova concepção surge a partir da ruptura com o modelo inspirado no darwinismo, cuja essência era a prevalência da lei do mais forte, juntamente com o papel do imperialismo e a exploração colonial. A nova concepção de pensamento, passa a

incorporar a dialética, com a introdução dos Novos Atores internacionais e uma crítica ao modelo de Estado conservador e nacionalista.

Neste contexto, surge uma Geopolítica mais econômica, liberal, sendo reconhecida como Geoeconomia. Da mesma forma que há uma distinção entre Geografia Política e Geopolítica, Geoeconomia e Geografia Econômica possuem bases diferenciadas. Aqui para nós, podemos compreender Geoeconomia como as bases da Geopolítica, dadas anteriormente, com um substancial aporte da Economia. Tanto que a Geoeconomia não se consolida como disciplina, sendo trabalhada como um desdobramento da Geopolítica (BARACUHY, 2015).

Elaborando cenários de exercício de poder, em um ambiente de baixa conflituosidade, o Clube de Roma, com seus componentes passou a debater as possibilidades de atuação de modo mais “harmônico”. Em 1961 desenvolveu a Teoria da Tríade, onde dividia o mundo em três blocos centrais de poder: o Bloco Americano, o Europeu e o Oriental. Claro que, por conta do contencioso da Guerra Fria, a URSS era excluída da análise, porém incluía a China e outros elementos da bacia do Pacífico e a Índia, no bloco regional do Oriente (BONFIM, 2005, p.85).

Seguindo a mesma linha do Clube de Roma, o conselheiro econômico francês Jacques Perruchan de Brochard, em 1991, apresenta a Teoria dos Blocos ou da Zonas Monetárias, dividindo em quatro blocos o globo, onde a moeda do país líder vigoraria (BONFIM, 2005, p.78). Ainda vigorava a ideia de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, onde estes últimos seriam os fornecedores de matérias-primas e alimentos para os países desenvolvidos e depois absorveriam seus produtos industrializados (BONFIM, 2005, p.78).

No caso, seriam as seguintes regiões:

- “Federação das Américas” (“Casa Comum do Dólar”), constituída pelos Estados do continente americano, sob a liderança dos EUA, instituindo como moeda comum o dólar azul e o dólar verde seria utilizado nas operações com os demais blocos;
- “Confederação Euro africana” (“Casa Comum do Euro”) abrangeria os Estados da Europa e da África, adotando como moeda comum o ECU (moeda da União Europeia, atual Euro), sob a liderança dos quatro Estados componentes do G7, a saber, Grã-Bretanha, França, Alemanha e Itália;
- “União das Repúblicas Soberanas” (“Casa Comum do Rublo”), que englobaria os Estados da nova CEI (Rússia), Irã, Turquia, Iraque, Arábia Saudita e outros da região, sob a liderança da Rússia, tendo como moeda comum o rublo;

- “Liga Asiática” (“Casa Comum do Iene”), constituída pelos Estados do extremo oriente (Japão, Tigres Asiáticos, Austrália, outros da região, na expectativa de contar futuramente com a China), adotando como moeda comum o iene (BONFIM, 2005, p.80).

Elas seguem uma divisão próxima do modelo de Haushofer, porém carrega um componente de interação econômica dos blocos regionais, que no caso europeu, resulta na criação da União Europeia.

Uma das novas abordagens da geoeconomia que teve maior impacto quando lançada, foi a obra de Paul Kennedy, *Ascensão e Queda das grandes Potências*, de 1988. A obra tem como eixo central, a ideia de que, “todos os grandes impérios que a humanidade conheceu, desde o Império Romano e todos os que sucederam, acabam entrando em crise econômica e viram potências guerreiras, agressivas” (HEINSFELD, 2008, p.71). A exemplo dessa tese, o autor observa a conjuntura internacional da época, o fim da Guerra Fria e a ascensão da unilateralidade norte-americana.

O pensamento de Paul Kennedy segue uma linha em que a economia tem um aspecto relevante, porém incorpora questões como a geoestratégia, onde analisa a atuação norte-americana em regiões do globo, como Ásia, América do Sul, bem como da Europa, abstraindo questões de segurança e da forma como são levantados dados de relevância quanto a elas e o impacto sobre o poderio daquele país.

Outro teórico contemporâneo de Kennedy, é Edward Luttwak. Este romeno, radicado nos EUA, foi um dos que lançou à tona a polemica da mudança e criação do conceito de Geoeconomia. Para Luttwak, as questões militares estavam se tornando cada vez mais disputas econômicas. Em seu artigo “Da geopolítica à geoeconomia”, publicado em 1990, Luttwak levantou o debate do papel do comércio internacional. De acordo com a fala de Heinsfeld (2008, p.85):

Luttwak mostra que o cenário internacional ainda é ocupado por Estados e/ou blocos de Estados associados, mas as relações internacionais seriam regidas pela lógica do comércio: “A lógica da guerra está subsumida (incorporada) à gramática do comércio”, afirma ele. Com isso, a velha fórmula de Clausewitz, constantemente lembrada pelos geopolíticos clássicos – “a guerra é uma simples continuação da política por outros meios” – estava sendo substituída.

Não podemos deixar de mencionar Lester Thurow. Professor de economia no MIT e ex-assessor de Bill Clinton, desenvolveu a ideia de guerra econômica. Thurow (1993,

p.14) afirma que “passamos de uma disputa militar e ideológica, típica do século XX, para uma competição/cooperação de natureza econômica, que começa a marcar o século XXI”. O autor analisa o cenário pós fim da URSS e as consequências dos novos rearranjos, com a eclosão de uma economia global e da multipolaridade.

Temos outros autores como Kenichi Ohmae, e John Naisbitt, porém se formos narrar todos os pensadores deste campo, teríamos um trabalho só sobre eles.

Outro elemento muito importante, e pouco considerado, é o debate sobre o ambiente virtual. Até que ponto, a web não é um espaço? Muitos vão dizer que sim, porém é virtual, e que não apresenta materialidade. Se observarmos hoje, com a globalização e a rede de informação presente no ciberespaço, elas possuem uma materialidade perceptível. Exemplo disso, são os números que observamos ao acessar o *internet-bank*, porém, se a rede colapsar, todos os bancos irão falir. Caso tenha uma conta raqueada, os valores monetários reais também são perdidos. Caso falte energia, todos os negócios, transações e valores, registrados, podem ser perdidos, resultando na quebra de uma nação, e mesmo na hecatombe apocalíptica global, pelos reflexos materiais que a web pode causar. Assim, surge uma nova dimensão espacial, onde a geopolítica incorpora como aspecto da tecnologia e a passa a utilizar como elemento de poder.

Observa-se que o controle dos fluxos econômicos, mesmo que fora dos territórios nacionais e a ênfase nas capacidades produtivas locais, levam para a concepção do espaço econômico, diferente do território dos Estados Nacionais, rompendo com as fronteiras políticas. Um exemplo tácito é a divisão regional brasileira, elaborada pelo IBGE, sob o aspecto geoeconômico, porém, aqui, nos referimos em termos globais. Ela se pauta, principalmente pela ideia de espaço da escola marxista, da questão da exploração centro-periferia e o espaço vocacionado pela sua função (econômica). A tecnologia das comunicações é o fator chave para o desenvolvimento da geoeconomia, tanto que, pelo aspecto dos espaços dos fluxos financeiros, o ciber espaço ganha uma tônica de destaque, por articular e expandir esta questão.

O espaço dos fluxos econômicos passa a ser a nova esfera de atuação da geopolítica, observando onde há margem para maior fluxo financeiro, seja por qualquer atividade ou probabilidade de se ter maior lucro, este novo território ganha um sentido, diferente daquele que os Estados impõe. Aqui, neste caso, as fronteiras nacionais não importam, porém usufruem das infraestruturas dispostas no ambiente pelo Estado,

dependendo e se estruturando a partir delas, como o caso de rodovias, telecomunicações e outros serviços.

#### **4. O Esvaziamento**

Os anos de 1990 trouxeram na conjuntura internacional uma mudança muito brusca. O fim da URSS, a ascensão absoluta do modelo de governança global liderado pela Potência Norte Americana, amparada pela estrutura capitalista (liberalismo econômico), bem como as crises econômicas, políticas, sociais e dos modelos de segurança, decorrentes da ascensão deste modelo de gestão global, fizeram com que os estudos de Geopolítica fossem associados a questões negativas, gerando-se ranços contra a disciplina (HORTA, 2006, p.53).

Ocorre também a popularização dos estudos de Relações Internacionais, desvirtuando, não de modo pejorativo, a disciplina de Geopolítica, mas sim, agregando mais um corpo de conhecimentos que a tornam um campo de estudos com uma substancialidade maior do que o da própria Geopolítica.

Com a ascensão de novos modelos de gestão territorial e governança, muitos intelectuais observam que os percalços ocorridos nas décadas anteriores, são por conta dos efeitos do planejamento galgado na Geopolítica. A busca por soluções aos problemas de modo mais imediato gera uma percepção de que a Geopolítica é algo negativo e que deve ser repensada.

Neste sentido, a necessidade de uma revisão a coloca em segundo plano, principalmente em países mais periféricos, naqueles em que houve uma retomada da geopolítica, associado a períodos repressivos, e com o fim deles, a imagem negativa entorno do termo. Porém é mantida pelas potências internacionais, uma vez que elas buscam a manutenção de suas capacidades, porém de modo mais pontual, com uma menor produção intelectual.

Em termos teóricos, o ponto chave que reforçou a redução do número de produções no campo, foi a polêmica obra de Francis Fukuyama, O fim da História. Para este autor, o fim da bipolaridade, a queda do socialismo, bem como a ascensão de um modelo econômico liberal mundial, conduziria para uma era de um regime único, pautado pelo modelo estadunidense.

O artigo de Fukuyama foi apresentado como uma declaração filosófica importante, principalmente para proeminentes intelectuais neoconservadores. O “fim da história” era aquele ponto em que a humanidade tinha conseguido as verdades universais expressas primeiramente pela Revolução Francesa: os princípios da liberdade e da igualdade. O “estado homogêneo universal” tinha alcançado o ápice da evolução histórica. Era homogêneo porque todas as contradições anteriores, como divisão geopolítica ou em classes, estavam resolvidas e todas as necessidades humanas estavam satisfeitas. O que restava era primariamente a atividade econômica (HEINSFELD, 2008, p.120).

Fazendo uma análise histórica e econômica, Fukuyama ponderava que o modelo liberal seria o último estágio da economia, a história social continuaria em um ritmo mais brando, uma vez que as necessidades humanas estariam acessíveis a todos, com a propagação do modelo de democracia liberal.

As afirmações de Fukuyama foram muito discutidas e observou-se que aquele modelo não se confirmaria, visto as inúmeras crises sequentes à publicação de sua obra, bem como o despontar do debate da multipolaridade e a decadência do modelo político unipolar hegemônico norte-americano.

## **5. A RETOMADA - GEODIREITO**

Passado o momento em que se predominava a ideia de onipotência estadunidense e o retorno do debate sobre a multipolaridade e o peso dos foros multilaterais, bem como outras agendas, a Geopolítica passou a ter uma retomada, mesmo que pequena e gradual. Na verdade ela não deixa de existir, mas ela tenta se manter, subindo a tona em alguns momentos, porém, na sequência, retornando a segundo plano.

A ideia do unilateralismo trouxe a tona, outras agendas, que antes não se apresentavam, como a ambiental, mudanças climáticas e o próprio peso dos foros e rodadas de negociação. Se antes, o que prevalecia era a agenda de segurança e econômica, os países fora do circuito global (G-7 ou outros fóruns de potências globais), passaram a discutir em agendas paralelas, que foram ganhando relevância, diante do esvaziamento das agendas principais.

Atualmente, dentro das áreas de projeção, conforme a geopolítica clássica apontava, houve o retorno do debate regional, consequência da impossibilidade de

atuação global, favorecendo o olhar para o interior das suas áreas de influência próxima e resultando numa série de estudos e acordos regionais.

Da mesma forma, o que era antes agenda paralela no debate global, passou a ser relevante e gerar impactos nas organizações internas as próprias nações. Os acordos e tratados, pautados pelo direito internacional público, passaram a ser instrumentos de cerceamento da autonomia decisória dos países que as ratificam, exemplo disso, a proibição de desenvolvimento e produção de armas cluster, de acordos de patentes e registros, etc. O emprego deste tipo de ação, passa a ser compreendida como Geodireito, o papel dos tratados internacionais como elemento de poder. Assim, países podem impedir o desenvolvimento de tecnologias, ou restringir sua atuação em outros ambientes a partir de tratados, cujas cláusulas impactem, ou gerem consequências negativas por aquela ação.

Como a questão da anexação de territórios de países por Estados Nacionais, ainda que após a Segunda Guerra Mundial, ocorreram episódios esporádicos, ele se tornou impraticável por conta da Carta da ONU. Logo, o ambiente e o viés econômico passaram a ganhar mais ênfase. Por conta de tensões e desajustes entre os Estados Soberanos, o Fundo Monetário Internacional (FMI), Acordo Geral de Tarifas e Comércio-GATT e Organização Mundial do Comércio (OMC), passaram a regular este ambiente. Logo, passou-se a observar que o espaço jurídico e seu consequente regime, por conta de legislação de terceira até sexta gerações, empregavam seus fundamentos para cercear ou mesmo forçar ações dos Estados Nacionais de modo a deter vantagens e privilégios de poder na área internacional.

Da mesma forma que o peso dos tratados ganha maior relevância, mesmo com agendas antes paralelas, a dimensão da projeção de poder, no ambiente virtual, ganha maior relevância, vistos os inúmeros ciberataques a programas e projetos estratégicos de nações, cujo peso regional é expressivo, por possíveis rivais.

Assim, alguns pontos de debate surgem. Este espaço de atuação jurídico, cuja equivalência é determinado território, até onde posso empregá-lo? Até que ponto o Direito Internacional Público tem força legal? Estes marcos jurídicos internacionais comungam com aspectos dos direitos humanos e da coletividade global, ou são instrumentalizados para uso como elemento de poder?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos compreender que a Geopolítica, quanto disciplina, pode ser visto como um saber instrumental, onde, pautado pelos elementos do Poder Nacional, sejam eles quais forem seus desdobramentos ou intensões, analisa o território e o espaço, seja qual for, para a sua projeção ou para proteção de sua área de atuação. Logo, a geopolítica é um estudo das relações de poder com os espaços, onde o poder, dentre suas inúmeras vertentes se corresponde com qualquer espaço, o terrestre, marítimo, aéreo, virtual, econômico e etc.

A Geopolítica, desde que se consolidou como disciplina, teve que se adaptar a dinâmica da governança global, bem como compreender que o espaço geográfico, base de seu conhecimento, passou por uma evolução da sua compreensão, quanto a materialidade. A evolução da compreensão de espaço, auxiliou a disciplina a se contextualizar com as mudanças que ocorreram ao longo dos anos e a mantivesse ativa até o momento atual. Por outro lado, manteve sua base conceitual original, como território, espaço geográfico e Poder Nacional, nas suas vertentes, incorporando novas formas de desdobramento, como tecnologia, o ambiente da web e o Direito Internacional Público.

Por mais que tenha atingido um ápice durante a Guerra Fria, pelo relativo contexto da securitização das relações entre os países e as ditas potências, a Geopolítica soube contornar os rótulos negativos e se enquadrar frente as novas dinâmicas de interação.

Atualmente vem sendo retomados os estudos da disciplina, e ganhando cada vez mais, novas abordagens e até rótulos específicos, mas mantendo seu *ethos* íntegro.

Não podemos deixar de vê-la como um corpo de conhecimentos, mas, por mais que tenha caído em relativo ostracismo, ela sobreviveu aos inúmeros ataques e demonstrou que possui um rigor necessário para se manter como disciplina. Seus produtos são de uma validade inegável, resultando em inúmeras formas e desdobramento quanto ao seu emprego e uso. Ela pode não ser uma ciência, propriamente dita, mas vem se mantendo no tempo como uma.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. Geopolítica do Brasil. São Paulo: Ática, 1995.
- BARACUHY, Braz. Geoeconomia: a lógica geopolítica no comércio mundial. Disponível em: <http://politicaexterna.com.br/2814/geoeconomia-logica-geopolitica-comercio-mundial/>, publicado em 19/11/2015 e visualizado em 20/09/2018.
- BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. Artigo publicado na revista Estudos Avançados, nº 53, ano 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>, acessado em 30/12/2011.
- BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo: Malheiros, 2019.
- BONFIM, Uraci Castro. Geopolítica. Disponível em: [http://www.ensino.eb.br/cpeceme/docs/03\\_INTRO\\_GEOPOLITICA\\_2011.pdf](http://www.ensino.eb.br/cpeceme/docs/03_INTRO_GEOPOLITICA_2011.pdf), acessado em 30/12/2011.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, I. E., et all. (Orgs). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p.15-47.
- FONSECA, Sandra Rodrigues Braga M. da; VLACH, Vânia Rúbia Farias. Uma introdução à geopolítica clássica: de Ratzel a Haushofer. II Simpósio Regional de Geografia – Perspectivas para o Cerrado no Século XXI. Universidade Federal de Uberlândia, 2003.
- GREGORY, Derek; et all.. The Dictionary of Human Geography. West Sussex-UK: Blackwell Publishers Ltd., 2009.
- HEINSFELD, Adelar. Pensamento Geopolítico: da geopolítica clássica às novas geopolíticas. Passo Fundo: Clio, 2008.
- HORTA, Célio Augusto da Cunha. Geografia Política e Geopolítica-velhas e novas convergências. In: Revista GEOgrafia, Ano VIII, nº15, 2006, pp.51-69.
- MATTOS, Carlos de Meira. Brasil: geopolítica e destino. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- \_\_\_\_\_. A Geopolítica e as projeções do poder. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977.
- PROENÇA JÚNIOR, Domício et all. Guia de Estudos de Estratégia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Ática, 2011.
- RIBEIRO JUNIOR, João. Curso de Teoria Geral do Estado. São Paulo: Acadêmica, 1995.
- SANTOS, Murillo. Evolução do Poder Aéreo. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia/Incaer, 1989. col. Arte Militar e Poder Espacial – vol.3.
- SILVA, Golbery do Couto e. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.
- SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e filosofia: contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- VESENTINI, José William. Novas Geopolíticas. São Paulo: Contexto, 2004. 125p.

Submetido em: 25/03/2020

Aprovado em: 14/04/2020

Publicado: 1º/05/2020

---

<sup>i</sup> Doutor em Ciência Política pela UFRGS, Diplomado pela ESG, Mestre em História Regional pela UPF. Atualmente é professor do curso de Geografia - licenciatura da UFFS-Erechim.